



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

EMPRESA SOLICITANTE: GRUPO NUTRIR

MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 019/2021 – Tipo presencial

DATA DA ABERTURA: 15 de abril de 2021

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 7843/2020

- 1.1. **Do Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ENTERAIS INDUSTRIALIZADAS (SISTEMA ABERTO E FECHADO), SUPLEMENTOS E MÓDULOS NUTRICIONAIS, DESTINADO A ATENDER AOS PACIENTES INTERNO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THEREZINHA, NOS MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII DO REFERIDO EDITAL.

**Dos pedidos**

**Questionamento 1** – Referente aos itens de dietas líquidas: As dietas líquidas tem a validade um ano a partir da fabricação, portanto não é possível entregar com validade maior de um ano. Qual o mínimo de validade que vocês aceitam?

Pois não chega para nós com validade de um ano e até vocês pedirem cai um pouco a validade por exemplo de 06 meses a 08 meses.

**Questionamento 2** – Sobre a entrega da Regularidade fiscal FGTS – se tiver vencida, temos quantos dias para apresentar a atualizada sem pena de desabilitação?

**RESPOSTAS:**

**Questionamento 1:** Após contato, via telefone, entre esta Pregoeira e a Nutricionista responsável Sra. Livia Rezende Furtado, foi informado que conforme consta no ANEXO V, TERMO DE REFERÊNCIA, página 21 e item 8.2 do edital diz: “O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante”. Portanto, como a validade é de um ano, o item entregue com validade de 06 meses a 08 meses será aceito.

**Questionamento 2:** De acordo com a página 6 do edital, item 4.3.4, letra B que diz:

B - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Portanto, se a empresa for MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, terá o benefício nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que apresente a certidão com restrição no envelope 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

São José do Vale do Rio Preto, 14 de abril de 2021.

  
FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO  
Pregoeira